

Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Caso

A mina de ouro de Kibali, Diocese de Isiro-Niangara, República Democrática do Congo

**Cidade de Durba, Chefeia de Kibali, território de Watsa, Província de
Haut-Uélé, Nordeste da República Democrática do Congo**

Henri Muhiya

Ex-secretário executivo da Comissão de Recursos Naturais da Conferência Episcopal Católica do Congo



Resumo

Em 2015, a Comissão para os Recursos Naturais da Conferência Episcopal do Congo (Commission Episcopale pour les Ressources Naturelles, CERN) e a filial holandesa da Pax Christi (PAX), publicaram um relatório sobre a situação da mina de ouro de Kibali, próxima à fronteira com Uganda. O relatório documentou inúmeras violações dos direitos humanos e do meio ambiente cometidas pela empresa Kibali Goldmines. Aqueles que se organizaram para reivindicar seus direitos foram reprimidos pelas forças armadas, o que levou a alguns incidentes graves. Este estudo de caso conta a história de como a CERN fez parceria com organizações internacionais para documentar violações dos direitos humanos e reuniu evidências para apoiar a defesa de uma melhor convivência e uma melhor distribuição de receitas. Ele destaca como a publicação do relatório levou à abertura de um diálogo entre o Estado congolês, a Kibali Goldmines e as comunidades locais. O diálogo resultou na colaboração da empresa com a sociedade civil para fortalecer as regulamentações e aumentar a distribuição de receitas. O caso também enfatiza a importância de capacitar as populações locais sobre o Código de Mineração e seus direitos, a fim de garantir que os royalties de mineração promovam seu desenvolvimento humano integral.

1. Contexto

Na República Democrática do Congo (RDC), a Igreja Católica atua como guardião para proteger as comunidades dos abusos que frequentemente acompanham as atividades de mineração. Observar e documentar violações dos direitos humanos, defender mudanças e apoiar as partes interessadas para garantir uma distribuição mais equitativa das receitas da mineração: esse é o trabalho da Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO) em relação às consequências sociais e ecológicas da mineração. Esta seção oferece uma visão geral da mineração na RDC e das razões que levaram a CENCO a agir por meio de advocacy e outras iniciativas.

A RDC é dotada de imensos depósitos de vários minerais, alguns dos quais são considerados “estratégicos” ou “críticos”. Ela detém quase 50% das reservas mundiais de cobalto e é classificada como sua principal produtora, respondendo por 70% da produção global (African Green Minerals Observatory, s.d.). Em 2025, a RDC era o segundo maior produtor mundial de cobre, atrás apenas do Chile (Bloomberg News, 2026a). O país também possui as maiores reservas mundiais de coltan¹ e é seu maior produtor, embora Ruanda seja o principal exportador devido ao comércio ilícito no leste da RDC, cujos lucros das vendas alimentam o conflito na região (Global Witness, 2025). A RDC também possui reservas de lítio. A maior mina de lítio de rocha dura do mundo está atualmente sendo construída no sul da RDC e é operada pelo grupo chinês Zijin Mining (Bloomberg News, 2026b).

A mineração é um setor econômico fundamental. Em 2023, o Banco Africano de Desenvolvimento (s.d.) estimou que ela representava 39% do PIB do país, 95% de suas exportações e 42% das receitas do governo. A Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI, 2025, p. 17) estimou números semelhantes para 2023, com uma contribuição geral para o PIB do país de 37,9%, totalizando 99,57% de suas exportações, 47,68% das receitas do governo e empregando 20,39% da força de trabalho do país. Em termos de produção, o cobre lidera com 2.842.022 toneladas extraídas em 2023, seguido pelo cobalto (139.838 toneladas), ouro (34.524 toneladas), cassiterita

¹ Coltan é a denominação comercial da columbita-tantalita, um minério do qual são extraídos principalmente o tântalo e o nióbio. O tântalo é amplamente utilizado na fabricação de componentes eletrônicos, especialmente capacitores empregados em telefones celulares, computadores, tablets e outros dispositivos digitais. Devido à concentração de importantes reservas na República Democrática do Congo e à associação de sua exploração com conflitos armados, violações de direitos humanos e degradação ambiental, o coltan tornou-se um dos exemplos mais conhecidos dos chamados “minerais de conflito.”

(29.239 toneladas) e diamantes (8.308 toneladas). Estima-se que o cobre tenha gerado 24.189 milhões de dólares em 2023, seguido pelo cobalto (5.057 milhões), ouro (2.367 milhões) e diamantes (85 milhões) (EITI, 2025, p. 18).

No entanto, o setor de mineração enfrenta uma série de desafios, como a incapacidade do governo de regulamentar o setor de forma eficaz, a falta de conscientização da população sobre seus direitos e influências geopolíticas. A abundância de recursos naturais do país não se traduziu em melhores condições de vida. Estima-se que 73,5% da população congoleesa viva com menos de US\$ 2,15 por dia em 2024 (Banco Mundial, s.d.), e que 64,5% vivam em situação de pobreza multidimensional, ou seja, sem acesso à saúde, educação, água e eletricidade, além de outras privações (OPHI, 2025).



As manifestações mais evidentes desse paradoxo de pobreza generalizada em meio à riqueza de recursos são, entre outras, a falta de condições de vida dignas para as populações que vivem perto de locais de mineração, a falta de infraestrutura básica, deficiências na administração estatal dos serviços sociais, danos ambientais, conflitos e guerras recorrentes e violações dos direitos humanos. Exemplos recentes de violações dos direitos humanos e ambientais incluem o colapso, em novembro de 2025, de uma barragem de contenção de uma mina de cobalto em Lubumbashi, que inundou três bairros e es da cidade com milhões de metros cúbicos de água tóxica, forçando os moradores a fugir e privando a população do acesso à água potável (Business and Human Rights, 2025), e o colapso da mina de coltan em Rubaya, no Kivu do Norte, em janeiro de 2026, que matou mais de 200 pessoas, seguido por outro colapso em março de 2026, que também matou mais de 200 pessoas (Mongabay Africa 2026). As minas da região fornecem 15% do coltan mundial e são controladas pelo grupo rebelde M23, apoiado por Ruanda, que se estima lucrar 800.000 dólares por mês com o comércio de coltan (Global Witness, 2026).

Essa situação, da qual a Igreja é tanto testemunha quanto vítima, levou a CENCO a se envolver em questões relacionadas à mineração. Dada sua identidade e missão, as ações da CENCO consistiram principalmente em cartas pastorais, declarações, mensagens, advocacy e o envolvimento de certas comissões episcopais, dioceses, congregações religiosas e instituições educacionais. Entre suas realizações estão a documentação de casos, o apoio à comunidade, o advocacy, a educação em direitos humanos e, por vezes, a mediação entre o Estado e as empresas de mineração.

Este estudo de caso enfoca principalmente o trabalho da Comissão Episcopal para os Recursos Naturais da CENCO (*Commission Episcopale pour les Ressources Naturelles*, CERN), que é sua décima segunda comissão técnica.² Embora outras comissões já estivessem lidando com questões de justiça social e ambiental, como a Caritas Desenvolvimento, Justiça e Paz e a Educação Cristã, a CENCO decidiu, em 2007, criar uma comissão ad hoc que se dedicasse inteiramente aos recursos naturais (CENCO, 2007). Essa decisão decorreu de uma constatação: o paradoxo da abundância de recursos naturais, por um lado, e a pobreza generalizada e as guerras sucessivas que dilaceraram o país, por outro, cuja principal causa foi a exploração dos recursos naturais. O Grupo de Peritos das Nações Unidas sobre a RDC descreveu as guerras na RDC como guerras econômicas ou guerras de

² A CENCO não é a única instituição eclesial que atua em questões relacionadas à mineração na RDC. Várias congregações religiosas também estão envolvidas, como os jesuítas, os Missionários Combonianos, os Salesianos, os Claretianos, as Irmãs do Bom Pastor e outras. Algumas universidades também participam, como a Universidade Católica de Bukavu. Dado o seu papel de coordenação no país, este estudo de caso concentra-se na CENCO.

pilhagem de recursos naturais (Conselho de Segurança da ONU, 2003). A ideia de criar o CERN foi proposta pela Comissão Episcopal para a Justiça e a Paz, com base em uma série de investigações de campo que revelaram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no acesso a terras aráveis devido à mineração e às guerras associadas a ela. A criação do CERN também foi inspirada pelo trabalho do Centro de Estudos de Ação Social, um centro social jesuíta em Kinshasa.³

O CERN foi encarregado de reunir todas as informações disponíveis e confiáveis sobre a exploração dos recursos naturais e de disponibilizá-las ao CENCO e às organizações em nível diocesano, a fim de promover uma exploração mais justa desses recursos, que respeite os direitos humanos e o equilíbrio ecológico e beneficie a população. O CERN atua tanto no âmbito político quanto nas comunidades de base. No âmbito político, o objetivo é influenciar leis e decisões em favor de uma melhor gestão dos recursos naturais. No nível de base, o objetivo é educar, informar e mobilizar a população para que ela esteja ciente de seus direitos e obrigações. A CERN também trabalha, quando apropriado, com organizações da sociedade civil locais, nacionais e internacionais, bem como com governos nacionais e locais, empresas de mineração e comunidades por meio de seus representantes diocesanos. A CERN é financiada por organizações de igrejas irmãs e por governos ou instituições internacionais por meio de doações.⁴

Para cumprir sua missão, a CERN estabeleceu gradualmente uma estrutura que abrange tanto o nível nacional quanto diocesano. No nível nacional, assim como outras comissões episcopais, a CERN é estatutariamente composta por quatro bispos e um Secretário Executivo que coordena a equipe.⁵ Ela também inclui seis bispos membros que representam a CERN em cada uma das seis províncias eclesiais da RDC.⁶ No nível diocesano, a CERN atua como um ponto focal com uma estrutura flexível, que compreende, sempre que possível, um representante da Comissão de Justiça e Paz, da Caritas, da Comissão para a Educação Cristã e de organizações da sociedade civil. Essa estrutura diocesana foi inicialmente denominada “Observatório dos Recursos Naturais” (ORN), embora algumas dioceses também tenham passado a chamá-la de “Comissão Diocesana para os Recursos Naturais”.⁷

A missão dos ORNs é coletar dados de campo e documentar casos, transmitir informações à CENCO e ao Secretariado do CERN, apoiar as populações locais por meio de educação e informação, mobilizar membros da comunidade e realizar advocacy em nível local. Estas atividades estão relacionadas às cinco áreas de ação cidadã definidas pela CENCO em seu “Vade-mécum para os cidadãos congolese sobre a gestão dos recursos naturais”, publicado em 2009, e que continuam sendo as diretrizes estruturantes do trabalho da CENCO até hoje: 1) Sensibilização e capacitação; 2) Apoio e mobilização social; 3) Monitoramento; 4) Pesquisa-ação participativa, documentação e publicação; e 5) Lobby e defesa de causas. No caso discutido nas seções abaixo, o Secretariado do CERN trabalhou principalmente com a ORN da diocese de Isiro-Niangara e a PAX, uma organização eclesial

³ A CEPAS coordenou o trabalho do Fórum da Sociedade Civil da RDC em 2007 na análise de doze contratos de mineração que haviam sido assinados pelo governo congolês durante o período de transição de 2003 a 2006. Em 2007, o governo recém-eleito encomendou uma revisão desses contratos, e o trabalho da CEPAS contribuiu para o trabalho da comissão. Consulte a Global Witness (2007) para uma discussão sobre o processo de revisão desses contratos de mineração.

⁴ As organizações financiadoras incluem a Fastenopfer suíça, a CAFOD, a Caritas Luxemburgo, a Catholic Relief Services, a CCFD Terre Solidaire, a CIDSE, a CORDAID, a Development and Peace, a Missionary Aid, Dicasterio para a Promoção do Desenvolvimento Humano Integral, Diocese de Estocolmo, Franciscans International, Misereor, Bread for Neighbours, PAX, Southern Africa Resource Watch, Secours Catholique, Caritas France, União Europeia, World Vision, WWF e a Santa Sé.

⁵ O quadro de funcionários variou entre dois e seis, dependendo do financiamento, e incluiu os cargos de Coordenador, Coordenador Adjunto, Responsável por Pesquisa e Monitoramento, Responsável Financeiro, Responsável por Comunicação e Motorista de Logística.

⁶ A Igreja Católica na RDC compreende 48 dioceses agrupadas em seis províncias eclesiais (arquidioceses).

⁷ O pessoal destes observatórios diocesanos é composto por voluntários. Podem receber subsídios para projetos financiados.

sediada na Holanda. O autor deste estudo de caso atuou como Secretário Executivo do CERN de outubro de 2008 a setembro de 2023, sob a liderança do Cardeal Fridolin Ambongo, atual Arcebispo de Kinshasa.⁸

2. O projeto da mina de ouro de Kibali

A mina de ouro em Kibali foi adquirida em 2009 pela Kibali Goldmines da empresa estatal da RDC, a SOKIMO. A Província Oriental, no nordeste da RDC, onde as operações de mineração deveriam ocorrer, havia sido devastada pela guerra por mais de duas décadas.⁹ Após o genocídio ruandês de 1994, a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo travou uma guerra que levou à saída do presidente Mobutu Sese Seko e à ascensão de Laurent Désiré Kabila à presidência em maio de 1997. Em agosto de 1998, eclodiu outra guerra, liderada pelo Rally Congolês e pela Democracia, apoiado por Ruanda, e pelo Movimento para a Libertação do Congo. Esses dois grupos rebeldes ocuparam as províncias orientais da RDC (Kivu do Norte e do Sul, Maniema, Província Oriental, parte do Equador e parte de Katanga). Tropas ruandesas e ugandenses entraram em confronto na cidade de Kisangani em 2002 pelo controle das áreas de mineração. Apesar da retirada das tropas estrangeiras, alguns grupos armados permaneceram ativos. Na Província Oriental, entre eles estavam o Exército de Resistência do Senhor, de Uganda, e o grupo de Thomas Lubanga na província de Ituri.

A área era de difícil acesso. As estradas haviam sido tornadas intransitáveis pela guerra, e o acesso a bens de primeira necessidade era limitado. Para garantir o investimento na mineração, o Estado teve que mobilizar soldados, já que as forças policiais não eram suficientes para fornecer segurança adequada e impedir uma possível retomada da guerra. Essa segurança militarizada aumentou a probabilidade de violações de direitos, pois seus métodos eram repressivos, mesmo com manifestantes pacíficos, como será discutido a seguir.

Apesar dessa crescente militarização, a Kibali Goldmines trouxe capital para uma região que há muito era negligenciada e melhorou sua situação econômica até certo ponto. Estima-se que, entre 2009 e 2015, a empresa injetou cerca de US\$ 160 milhões na economia local por meio de eletrificação, infraestrutura rodoviária, provisão de moradia, prevenção do HIV/malária e vários projetos comunitários (PAX e CERN, 2015). Na época da aquisição, em 2009, as reservas de ouro eram estimadas em 1,5 milhão de onças. A primeira barra de ouro foi produzida em setembro de 2013. Em 2017, a mina produziu cerca de 18,7 toneladas de ouro (600.000 onças), gerando um lucro de US\$ 287,7 milhões (Fualdes, 2018).

Houve, no entanto, uma série de desafios, notadamente a difícil coexistência entre a mineração industrial e a artesanal e o reassentamento da população, que alguns consideraram insatisfatório. É difícil compilar estatísticas sobre o número de mineiros artesanais que trabalham na área e de pessoas deslocadas e reassentadas. Essa falta de dados reflete atitudes mais amplas de negligência dos governos central e provinciais em relação às populações locais. O Estado não

⁸ Ao assumir a primeira presidência do CERN, o cardeal Ambongo era bispo de Bokungu-Ikela. O segundo presidente foi Dom Sébastien Muyengo, bispo de Uvira, e o terceiro e atual presidente é Dom Libère Pwongo, bispo de Basankusu. A atual secretária do CERN é Jeanne Marie Abanda.

⁹ A Província Oriental está dividida agora em quatro províncias: Ituri, Tshopo, Bas-Uélé e Haut-Uélé, onde se localiza a mina de ouro (nos territórios de Watsa e Faradje).



estava cumprindo suas responsabilidades no monitoramento econômico e social, nem na prestação de serviços sociais básicos. Mas a mineração de ouro avançou mesmo assim, com a empresa fornecendo a infraestrutura e os serviços necessários para operar. Em 2018, as reservas de ouro da mina foram reestimadas em 8,7 milhões de onças (Fualdes, 2018). A seção a seguir analisa as ações que a CENCO empreendeu, por meio do CERN e do ORN de Isiro-Niangara, para documentar violações de direitos humanos e reunir evidências que apoiem a defesa de uma melhor coexistência entre a empresa e as comunidades locais.

3. Análise das ações da CENCO/CERN

Documentação

A pesquisa-ação participativa e a documentação foram a primeira resposta do CERN à situação, em colaboração com a ORN de Isiro-Niangara e a PAX. Inicialmente, a ORN forneceu ao CERN informações sobre a situação no local por meio de um formulário pré-elaborado, que abordava algumas questões relativas a fatos e eventos essenciais. Foi dessa forma que o chefe da ORN já havia relatado ao CERN um incidente ocorrido em 18 de janeiro de 2015, envolvendo um homem de 28 anos, Héritier Wembo, jogado por soldados em uma fogueira de pneus acesa por mineiros artesanais que protestavam contra a perda de suas pedreiras para a Kibali Goldmines. Depois de passar a noite amarrado em uma cela, Wembo foi exibido pelas ruas por soldados em sua caminhonete para intimidar e dissuadir a população local de se manifestar. O administrador distrital o resgatou mais tarde naquele dia para que pudesse ser internado no hospital estadual em Watsa. Como suas queimaduras eram graves, ele foi encaminhado ao hospital privado em Kibali, onde a empresa tratava seus trabalhadores. Mas Wembo recusou e, em vez disso, procurou tratamento na medicina tradicional. Sua história tornou-se um ponto central da crescente atuação de defesa de direitos humanos do CERN (ver seção 3.3). Como havia outros relatos de violações de direitos humanos, o CERN foi procurado pela PAX para conduzir um estudo conjunto sobre violações de direitos humanos, publicado em 2015 sob o título “Kibali, o Gigante da Mineração: Remover impurezas para que o ouro seja puro” (PAX e CERN 2015).¹⁰ A PAX forneceu o financiamento, e o CERN contribuiu com sua expertise de campo. O objetivo do estudo era ajudar a pôr fim às violações de direitos humanos, possibilitar a coexistência pacífica entre a empresa e as comunidades locais e garantir que elas se beneficiassem das operações de mineração. Antes de sua publicação, suas conclusões foram discutidas em Kinshasa pelo diretor-geral da Kibali Goldmines e pelo secretário executivo do CERN.

A pesquisa por si só, no entanto, não é suficiente. Ela deve ser seguida de advocacy para que a situação mude, e a mudança depende dos atores que detêm poder de decisão ou influência em vários níveis. Entre eles estão gestores de empresas, autoridades governamentais, investidores, cidadãos dos países onde as empresas de mineração estão registradas, órgãos reguladores internacionais e as próprias comunidades afetadas pela mineração. Um importante aprendizado foi a consideração cuidadosa dos riscos de publicar as conclusões da pesquisa. Nesse caso, foi fundamental discutir esses riscos com a Kibali Goldmines antes da publicação. O título provocativo do estudo poderia ter afetado o preço das ações da empresa nas bolsas de valores de Toronto ou Nova York. Para mitigar esse risco, tomou-se a decisão de facilitar a comunicação direta e pacífica entre a empresa e a comunidade antes da publicação, a fim de aproveitar a “abertura da empresa ao diálogo com a comunidade” para reconstruir sua imagem e trabalhar em sua licença social.

Após a publicação da pesquisa, foi necessário trabalhar para garantir sua aceitação pelas comunidades

¹⁰ O original em francês, “Géant minier Kibali. Ôter les impuretés pour que l’or soit pur”, brinca com a imagem do “ouro puro” e as “impurezas” figurativas das violações dos direitos humanos como consequência da mineração de ouro.

afetadas, pelos governos nacional e provincial, bem como pela administração local e pelo exército, que era a principal parte acusada de violações de direitos. Ao longo desse processo, a imagem e a credibilidade da Igreja tiveram de ser preservadas, garantindo o rigor científico e ético da pesquisa e a divulgação adequada de suas conclusões. Por isso, decidiu-se lançar o relatório na cidade de Durba, onde ocorriam as atividades de mineração e onde violações de direitos humanos haviam sido cometidas. Essa estratégia apresentava tanto vantagens quanto riscos. Por um lado, apresentar a pesquisa a um público amplo e trazer à tona o que as vítimas de violações de direitos humanos não conseguiam expressar devido à falta de recursos oferecia



algum consolo às comunidades e esperança de melhorar a situação. Por outro lado, expor e relembrar às pessoas os danos que sofreram poderia ser como jogar sal na ferida. Era isso que a empresa temia para a segurança de seus investimentos. Para evitar qualquer contratempo, foram organizadas reuniões de preparação psicológica na véspera do lançamento. A equipe do CERN-PAX realizou sessões de trabalho com o administrador do território de Watsa, organizações locais da sociedade civil, o bispo de Isiro-Niangara e a administração de Kibali no local, em Durba. A questão mais delicada foi o caso de Héritier Wembo (ver seção 3.3).

O lançamento ocorreu em agosto de 2015 em um salão paroquial lotado – a paróquia havia sido realocada devido às atividades de mineração, e a empresa financiou suas novas instalações. O evento foi moderado pelo Secretário Executivo do CERN, que permitiu que autoridades políticas e administrativas, líderes religiosos, bem como membros da sociedade civil e da comunidade, se expressassem livremente. Os representantes da empresa responderam às muitas perguntas sem hesitação. Após o lançamento, a situação tensa que persistia há meses finalmente se acalmou. As bases para o diálogo entre a empresa e a comunidade foram restabelecidas. A tarefa agora era agir de acordo com as recomendações do estudo. Estas diziam respeito, entre outros, ao plano de realocação da empresa, à repressão de manifestações pacíficas pelas forças de segurança e ao assédio da população por parte destas, à coexistência entre a empresa e os mineiros artesanais, à falta de áreas reservadas para a mineração artesanal, à redistribuição de receitas, à falta de emprego, à falta de conscientização da população sobre seus direitos e obrigações, aos mecanismos de reparação de violações dos direitos humanos e ao acesso à justiça.

No que diz respeito à segurança, a pesquisa recomendou que fossem organizados treinamentos, que fosse definido o papel dos serviços de segurança dentro da concessão de mineração, que suas ações fossem monitoradas e avaliadas e que fossem impostas sanções em caso de má conduta. No que diz respeito à comunicação, recomendou-se informar a população sobre os acordos e contratos que vinculam a empresa ao Estado, as leis relativas ao setor de mineração e os planos de realocação da empresa. A consulta às comunidades e o diálogo para resolver problemas foram apresentados como essenciais. Por fim, no que diz respeito à coexistência, recomendou-se a capacitação e a organização da população em associações de direitos humanos para a fiscalização cidadã, o apoio à criação de cooperativas de mineração e agrícolas, a diversificação da economia e a criação de oportunidades alternativas de emprego. Para os mineiros artesanais, o Estado foi chamado a criar zonas de mineração artesanal viáveis. No que diz respeito à redistribuição de renda e à apresentação de reclamações, a sociedade civil foi convidada a capacitar e apoiar a população, particularmente na gestão das receitas da mineração, bem como a dialogar com a empresa e as autoridades estatais. Para mitigar o risco de consequências imprevistas, como vandalismo da infraestrutura da mina em resposta à revelação de violações



de direitos humanos (e consequentes prisões arbitrárias entre a população local), a¹¹ CERN empreendeu outras ações, incluindo advocacy, apoio e capacitação para as comunidades.

Defesa de direitos

Em julho de 2015, o então Pontifício Conselho Justiça e Paz¹² organizou em Roma um Dia de Reflexão sobre os “gritos” provocados pela mineração (Francisco 2015) e convidou representantes de comunidades afetadas por atividades mineradoras a prestarem seus testemunhos. A CERN foi convidada a participar. Seu Secretário Executivo foi acompanhado por dois representantes comunitários, incluindo Hérítier Wembo (ver seção 3.3). Essa plataforma internacional, antes do lançamento do relatório em agosto de 2015, ofereceu um primeiro espaço para advocacy com base nas conclusões do relatório.

Outra plataforma de alavancagem para a mudança foi a maior colaboração entre a sociedade civil e as empresas de mineração na revisão do Código de Mineração. Um dos desafios da mineração na RDC é que ela não beneficia suficientemente a população congoleesa. O Código de Mineração de 2002 tinha como objetivo atrair investidores, mas sua implementação mostrou que os investidores haviam ganhado mais do que as populações locais. Por isso, ele foi revisado entre 2012 e 2018. Como membro da plataforma “Coordenação das Ações de Advocacia da Sociedade Civil para a Governança dos Recursos Naturais” o CERN participou desse processo de revisão, que envolveu o governo, o , empresas de mineração e a sociedade civil, com o apoio de representantes comunitários.¹³ O principal objetivo da plataforma de Coordenação era proteger os interesses das populações locais em questões sociais, econômicas e ambientais. Durante o processo de revisão do Código de Mineração, no entanto, surgiram impasses, e a sociedade civil atuou como mediadora entre as empresas e o governo. Dada a sua credibilidade, o CERN sediou em seu escritório várias reuniões de consulta e coordenação entre a sociedade

¹¹ Numa sessão preparatória de duas horas com representantes do governo local e da empresa antes do lançamento, um gerente da empresa reagiu ao ver a foto de Hérítier Wembo no relatório, dizendo: “O seu estudo corre o risco de atear fogo na cidade de Durba”.

¹² Em 2019, tornou-se o Dicastério para a Promoção do Desenvolvimento Humano Integral.

¹³ A Coordenação organizou quatro reuniões preparatórias: uma em Kisangani, uma em Lubumbashi e uma em Kinshasa, com organizações da sociedade civil ativas na defesa da governança dos recursos naturais nessas províncias. Uma quarta reunião em Kinshasa produziu um documento final com base nessas consultas. O CERN organizou suas próprias consultas com as ORNs em todas as dioceses para receber feedback sobre as deficiências do Código de Mineração de 2002. Essas contribuições foram incorporadas ao documento final.

civil e as empresas de mineração para superar as divergências entre o governo e as empresas de mineração.¹⁴ Alguns dos principais sucessos da Plataforma de Coordenação foram: garantir que a parcela das royalties de mineração atribuída aos governos locais fosse transferida diretamente para suas contas bancárias (já que o governo central nem sempre redistribuía as parcelas das royalties destinadas aos governos locais), chegar a um acordo sobre os termos de referência (*cahier de charges*) sobre o que a empresa fornecerá e financiará para atender às necessidades da comunidade, e destinar um mínimo de 0,3% do faturamento de uma empresa de mineração ao desenvolvimento local. Com relação a este último ponto, após concordar com o valor de 0,3% durante reuniões com a sociedade civil e empresas de mineração, o governo reduziu-o para 0,1% no Código de Mineração revisado submetido à aprovação do Parlamento. A alteração havia sido registrada. Graças à vigilância da sociedade civil e à cooperação de certos membros do Parlamento, o secretário do CERN e um funcionário de outra ONG que faz parte da plataforma de Coordenação solicitaram a um membro do Parlamento que levantasse no Parlamento a discrepância entre o que havia sido acordado e o que havia sido apresentado. O Parlamento votou pela manutenção da parcela mínima acordada de 0,3%.

Uma terceira oportunidade de advocacy surgiu durante um interrogatório conduzido por um oficial da Agência Nacional de Inteligência (ANR). A publicação do relatório em Durba havia despertado a atenção dos serviços de segurança do país. Ao retornar a Kinshasa, o Secretário Executivo do CERN foi interrogado por um oficial de inteligência – o lançamento do relatório foi considerado, em certos círculos, uma questão de segurança. A entrevista ocorreu em um restaurante na sede da CENCO, depois que o Secretário Executivo do CERN se recusou a realizá-la nos escritórios da ANR. Durante a refeição, o oficial de inteligência parecia estar gravando a conversa com uma caneta com câmera, o que o Secretário Executivo já havia previsto. Ele, portanto, também estava gravando a conversa em seu celular. Outra precaução tomada foi a presença de uma pessoa da MONUSCO (Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo), cuja identidade e função não foram reveladas ao oficial de inteligência. Devido à ligação direta entre a ANR e o presidente, a ANR se reporta diretamente ao presidente da RDC. O Secretário do CERN aproveitou a reunião para insistir na realização de um julgamento para levar à justiça os militares responsáveis por violações dos direitos humanos e para solicitar uma revisão estatal dos serviços de segurança designados para a concessão de Kibali.

Acompanhamento

Ao longo das etapas de pesquisa, publicação e advocacy, o acompanhamento dos membros da comunidade, especialmente Héri-tier Wembo, cujo lançamento ao fogo pelos militares motivou a realização da pesquisa, foi fundamental. Para obter passaporte e visto para sua viagem a Roma, o CERN teve que levá-lo a Kinshasa. Dado que seu caso havia irritado algumas pessoas, e que elas estavam dispostas a sabotar o investimento da Kibali¹⁵ – incluindo veículos, máquinas, escritórios e outros equipamentos –, sua viagem ocorreu rapidamente e em segredo. Wembo viajou à noite de Durba para Kisangani (a 300 km de distância) para, em seguida, voar diretamente para Kinshasa. Ele foi acolhido pelo CERN, que o escondeu.

Uma semana após deixar Durba, Wembo foi procurado em sua casa por uma pessoa que se identificou como membro de uma organização da sociedade civil, alegando que a MONUSCO queria que ele recebesse tratamento em Uganda. A CENCO suspeitou de uma armadilha para fazê-lo desaparecer – Wembo era um embaraço para o

¹⁴ Entre essas divergências estava o aumento das royalties relacionadas ao cobalto, que passaram de 2,5% para 10% no Código de Mineração revisado. Algumas empresas tentaram bloquear todo o processo de revisão, alegando que tal aumento não se justificava, uma vez que o Estado não fornece eletricidade e elas precisam financiar por conta própria a infraestrutura pública necessária para as operações de mineração.

¹⁵ Aos olhos da população local, a empresa e o Estado agem em conjunto, pois é o Estado que permite que uma empresa opere e é o Estado que garante a segurança da empresa. Quando a segurança do Estado prejudica a população, há o risco de os cidadãos, em retaliação, danificarem a infraestrutura da empresa.

Estado e para a empresa, já que os abusos sofridos por ele prejudicavam a imagem deles. De que outra forma alguém procuraria tratamento em julho para alguém cujas queimaduras de segundo grau haviam ocorrido em janeiro? Esse incidente fez com que a CENCO tomasse cuidado redobrado ao facilitar o depoimento de Wembo sobre as violações dos direitos humanos, para não colocar sua vida em perigo ao testemunhar perante um público internacional os abusos que sofreu. Graças ao apoio financeiro da Misereor (ONG de desenvolvimento da Conferência Episcopal Alemã), Wembo prestou seu depoimento no Vaticano. Foi um relato vívido e cativante da situação em Kibali; no entanto, surgiram dois novos desafios. Primeiro, Wembo e seus familiares queriam que ele permanecesse na Europa, mesmo que inicialmente de forma ilegal. Segundo, era muito perigoso para ele retornar a Durba, pois havia manchado a reputação da empresa ao buscar justiça pela violação de direitos humanos que sofreu. O CERN não podia permitir que Wembo permanecesse sem documentos na Europa. Ele retornou a Kinshasa, sob os cuidados do CERN até que fosse mais seguro para ele voltar à província de Haut-Uélé. Partiu para Isiro, a capital provincial, e o CERN o apoiou para iniciar um negócio de alfaiataria, já que suas queimaduras não lhe permitiam mais ser mineiro artesanal e ele possuía habilidades prévias em alfaiataria. Ele vive lá com sua avó desde então.

Na sequência do relatório da PAX-CERN, foi realizada uma investigação, e o sistema de Justiça Militar organizou uma audiência em tribunal móvel em Durba para levar a julgamento os acusados de violações dos direitos humanos. O comandante “Coup par coup” (“Golpe por golpe”), que era responsável pela segurança na concessão de Kibali, foi o principal réu.¹⁶ O Escritório de Direitos Humanos da MONUSCO entrou em contato com a CERN para providenciar o depoimento de Wembo na audiência. A viagem de Wembo de Kinshasa a Durba foi organizada em segredo, às custas da MONUSCO. Wembo prestou depoimento, o que levou à condenação do comandante “Coup par coup” a dez anos de prisão e à sua expulsão do exército. A CERN não pôde acompanhar as audiências de apelação em Kisangani devido à falta de recursos.

Uma das principais reivindicações das organizações da sociedade civil durante a revisão do Código de Mineração foi que uma parte das royalties de mineração destinadas às autoridades locais onde os minerais são extraídos fosse paga à província, à Entidade Territorial *Descentralizada* (ETD), como uma cidade, comuna, setor ou chefia, e ao *Fundo Mineiro para as Gerações Futuras* (FOMIN). Durante uma visita a Durba por três organizações da sociedade civil (incluindo a CERN), a convite da Kibali Goldmines para oferecer treinamento às comunidades locais, os chefes das ETDs afetadas pelas operações da Kibali reclamaram que nunca haviam recebido sua parcela das royalties (15%). Na presença das organizações da sociedade civil convidadas, a Kibali Goldmines apresentou provas que confirmavam o pagamento de royalties ao governo central (50%) e ao governo e da província de Haut-Uélé (25%), mas não havia provas dos 15% de royalties destinados às ETDs e dos 10% ao FOMIN. Dado que, no passado, as ETDs haviam sido desviadas pelo governador provincial cessante, a CERN denunciou a situação junto a outras organizações da sociedade civil e emitiu uma declaração endossada pela Coordenação da Sociedade Civil para a Governança dos Recursos Naturais, que a divulgou nas redes sociais. Isso tornou a situação pública e como consequência o governador provincial transferiu a parcela das royalties para as contas bancárias das ETDs.

Formação

Conforme mencionado na seção Antecedentes, o Código de Mineração revisado estipula que as entidades locais afetadas pelas operações de mineração recebam um mínimo de 0,3% do faturamento de uma empresa de mineração, bem como um caderno de *encargos* (*cahier de charges*) que defina os projetos comunitários

¹⁶ Seu nome verdadeiro é Capitão Ngongo Shungu Paul. Recebeu o apelido de “Hit by hit” porque chicoteava impiedosamente as pessoas que prendia. Também foi acusado de tortura.

acordados e outras necessidades locais que a empresa de mineração se compromete a financiar e fornecer. É, portanto, importante capacitar as comunidades afetadas na gestão de royalties de mineração e na negociação de termos de referência, pois muitas vezes elas desconhecem as realidades da mineração e carecem de capacidade para negociar com pleno conhecimento dos fatos. Dada a confiança que tanto a Kibali Goldmines quanto as comunidades locais depositavam em algumas organizações da sociedade civil devido à sua expertise e profissionalismo, incluindo a CERN, a empresa as convidou em três ocasiões para ministrar treinamentos com o objetivo de desenvolver essas capacidades.

4. Resumo e reflexões críticas

O estudo de caso de Kibali oferece uma visão sobre a visão e a orientação do trabalho da CENCO no setor de mineração. A documentação das violações dos direitos humanos na concessão de Kibali foi o ponto de partida, seguida por um relatório de pesquisa aprofundado e, posteriormente, por algumas ações, tais como a proteção de Hériter Wembo, a facilitação de seu depoimento perante um público internacional e o julgamento daqueles que abusaram dele, o diálogo com a Kibali Goldmines para melhorar as relações com a comunidade e a capacitação das comunidades locais em habilidades de negociação e conscientização sobre o Código de Mineração. O estudo de caso também destacou o cuidado que deve ser tomado ao publicar resultados de pesquisa, para que as comunidades locais não sejam afetadas negativamente por uma possível reação adversa.

O que o caso também revela é o dilema com que o Estado frequentemente se depara: por um lado, precisa tranquilizar os investidores em mineração, uma vez que estes contribuem para as receitas públicas; por outro, precisa proteger as populações locais contra riscos de abusos e garantir seus direitos humanos. Preso entre proteger o investimento em mineração e garantir a segurança das operações de mineração, e vinculado por acordos contratuais com as empresas, por um lado, e proteger os direitos das comunidades locais afetadas pelas operações de mineração, por outro, o Estado frequentemente prioriza a segurança do investimento em mineração em detrimento da segurança dos meios de subsistência das comunidades e dos direitos das populações locais. A compreensão da dinâmica de ação neste estudo de caso pode ser abordada a partir de três perspectivas: sua estrutura subjacente, sua execução e seus resultados.



A estrutura que sustentou o conjunto de ações descritas acima foi o CERN, o braço técnico da CENCO. Para que suas ações fossem bem-sucedidas, o CERN precisava atender a pelo menos quatro critérios-chave: 1) credibilidade e legitimidade; 2) capacidade de estabelecer ou gerenciar redes e manter boas relações; 3) disponibilidade de apoio financeiro; e 4) capacidade de gerenciar riscos e demonstrar resiliência. Em primeiro lugar, para ser credível e legítima, a CERN contava com pessoal no nível do escritório nacional e pontos focais no nível da diocese. Nomeados pelo bispo local, eles trabalhavam sob a liderança de um Secretário Executivo que compreendia a visão da CENCO e era capaz de traduzi-la em ação. Os pontos focais foram familiarizados com essa visão por meio de treinamento e princípios operacionais consistentes, objetivos claros e

métodos de trabalho. Além disso, o apoio moral da CENCO foi essencial não apenas para a credibilidade, mas também para a mobilização de recursos. Em segundo lugar, o Secretário Executivo do CERN precisava gerenciar redes de organizações tanto dentro quanto fora da Igreja, ao mesmo tempo em que mantinha relações em vários níveis, como a rede de Observatórios de Recursos Naturais, organizações da sociedade civil, instituições estatais e o setor privado — sem comprometer os princípios. Em terceiro lugar, o financiamento foi crucial para a implementação de todas as ações. Sem financiamento próprio, o CERN precisa contar com apoio externo, o que é uma fonte de insegurança. Neste caso, o financiamento veio da PAX, da Misereor, do Escritório de Direitos Humanos da MONUSCO e de alguns parceiros anônimos, especialmente para cobrir as despesas de viagem dos dois representantes comunitários à conferência no Vaticano em julho de 2015. O Secretário Executivo do CERN teve, por vezes, de recorrer a seus recursos pessoais para facilitar a permanência clandestina de Wembo. Em quarto lugar, todo o processo envolveu vários riscos. Durante a pesquisa de campo, havia o risco de os investigadores serem assediados pelos mineiros. Como às vezes enfrentam assédio por parte das autoridades estatais, os mineiros adotam uma atitude de desconfiança em relação a qualquer pessoa que venha fotografá-los ou fazer perguntas. Uma vez publicada a pesquisa, havia receios de uma revolta popular contra a empresa — o interrogatório do Secretário Executivo do CERN por um agente da Agência Nacional de Inteligência ilustrou que a situação era uma questão de segurança nacional. O fato de Wembo ter sido procurado após sua partida de Durba também representava um risco, assim como sua tentativa de permanecer na Europa. Seu retorno a Kinshasa após testemunhar contra a empresa em Roma foi tão arriscado quanto testemunhar contra o Comandante “Coup par coup” durante a audiência pública em Durba. O CERN precisava, portanto, desenvolver mecanismos de gestão de riscos e construir resiliência.

O plano de ação foi estruturado em torno dos níveis local, diocesano, provincial, nacional e internacional. No nível local, vários órgãos estavam envolvidos: a ORN da diocese de Isiro-Niangara e seu bispo, o Administrador do território de Watsa, líderes setoriais e de chefias, organizações locais da sociedade civil, membros da comunidade, a mídia e a empresa de mineração. A província teve pouca participação, exceto por um comunicado à imprensa destinado a desbloquear as royalties de mineração das ETDs. O CERN não conseguiu agir no âmbito judicial provincial durante o recurso do julgamento do comandante “Coup par coup”. No nível nacional, o CERN colaborou com a PAX, órgãos da CENCO, a alta administração da Kibali Goldmines, organizações da sociedade civil, algumas outras empresas de mineração, a Embaixada da Itália, a Nunciatura Apostólica, a Agência Nacional de Inteligência — que desempenhou um papel na organização da audiência do tribunal móvel —, parentes próximos de Wembo e o Escritório de Direitos Humanos da MONUSCO. No âmbito internacional, a iniciativa envolveu o então Pontifício Conselho para a Justiça e a Paz no Vaticano, a Misereor, a PAX e outros familiares de Wembo, bem como a mídia.

Quanto aos resultados, a publicação do relatório produziu efeitos inesperados muito além de suas três principais áreas de recomendações: segurança, comunicação e coexistência. Isso só foi possível graças à manutenção de relações com várias redes. A imagem e a credibilidade da CENCO, da CERN e da PAX foram preservadas, notadamente pela manutenção de altos padrões de qualidade no trabalho. Desde a publicação do relatório, a empresa cresceu, e sua mina é agora considerada uma referência na África Central. A produção parece ter atingido a capacidade total. Em 2025, foram produzidas aproximadamente 670.000 onças de ouro, gerando receitas de US\$ 2,3 bilhões. A empresa de mineração agora organiza conferências trimestrais onde o diálogo com as diversas partes interessadas parece ser frutífero. Em 2022, a Kibali GoldMines assinou *um caderno de encargos* no valor de US\$ 8,7 milhões ao longo de 5 anos, que inclui o financiamento de novas escolas e hospitais, o fornecimento de água potável, projetos agrícolas e outros projetos de desenvolvimento local, bem como capacitação e emprego para jovens da comunidade na área de energia renovável (usinas hidrelétricas).

Apesar desse sucesso, a resposta da CENCO/CERN à mineração apresenta várias limitações. Uma das principais limitações é que as decisões relativas às operações de mineração são prerrogativa do Estado, que celebra acordos com as empresas. A Igreja desempenha apenas um papel de fiscalização, monitorando a situação no terreno. Ela educa, denuncia, questiona, apoia e defende. Isso levanta muitos desafios e questões:

- É possível estabelecer um diálogo sincero e contínuo entre as empresas de mineração e as comunidades afetadas em um contexto em que o Estado não cumpre seus deveres para com a população? Onde elas podem encontrar uma plataforma para expressar suas queixas?
- Muitas dioceses enfrentam dificuldades financeiras. Uma empresa que opera dentro da jurisdição da diocese pode ser generosa no financiamento de projetos para a Igreja, seja a pedido da Igreja ou por iniciativa própria, como parte de sua Responsabilidade Social Corporativa. Nesse caso, a credibilidade da Igreja não seria prejudicada? Ao permanecer em silêncio diante de possíveis danos resultantes das operações da empresa, ela não seria vista pelo público como cúmplice?
- O trabalho da Igreja requer apoio financeiro. Onde encontrar os recursos necessários? A Igreja pode aceitar financiamento do setor público ou privado sem se sentir comprometida?
- Como a Igreja lidaria com as fragilidades internas na gestão dos fundos recebidos, correndo o risco de ter sua imagem manchada ou de ser acusada de corrupção?
- Como lidar com as questões de segurança diante de ameaças por parte de empresas, do Estado ou das comunidades?
- Como podemos aumentar a capacidade das comunidades locais, especialmente por meio das paróquias, de se informarem, receberem formação e se envolverem nas questões relacionadas aos direitos humanos e ao meio ambiente no contexto da mineração?
- Deve uma estrutura nacional supervisionar todas as dioceses, ou deve concentrar-se em uma única região para maior eficiência?

Este estudo de caso ilustrou como a Igreja Católica na RDC cumpriu um aspecto de sua missão profética no setor de mineração. Com base em uma análise sociopastoral, a CENCO criou uma comissão ad hoc responsável pelos recursos naturais, a CERN, que produziu em 2009 um “Vade-mécum para os cidadãos congolese sobre a gestão dos recursos naturais” para orientar esse trabalho pastoral. Este documento apresentou uma análise do contexto do país, das questões e preocupações, bem como das expectativas da população em relação aos recursos naturais. Em seguida, estabeleceu os princípios que, de acordo com a tradição social da Igreja, devem orientar a exploração dos recursos naturais e propôs possíveis soluções para os problemas que frequentemente surgem nas áreas de mineração.

Hoje, esse trabalho pastoral continua em meio a relações tensas entre a Igreja Católica e o Estado congolês. A iniciativa do “Pacto pela Paz”, que tinha como objetivo conduzir a um diálogo abrangente e inclusivo,¹⁷ foi recebida com frieza pelo governo. Essa teria sido uma oportunidade para refletir sobre a gestão dos recursos naturais, e dos recursos minerais em particular. O trabalho realizado pelo CERN requer financiamento. A mobilização de recursos em nível nacional e internacional representa um desafio significativo, e a CENCO deve abordar essa questão.

O estudo de caso mostra como os princípios da doutrina social católica de dignidade humana, solidariedade e cuidado com a nossa casa comum foram traduzidos em ação por meio da mobilização de pessoas, estruturas e

¹⁷ Um “Pacto social pela paz e coexistência na República Democrática do Congo e na Região dos Grandes Lagos” foi lançado em dezembro de 2024 pela CENCO e pela Igreja de Cristo no Congo, que reúne igrejas protestantes e evangélicas. Consulte Kambashi e Zengarini (2025) para mais informações.

recursos para restaurar a esperança de uma população cujos gritos de socorro haviam sido ouvidos desde o nível local até o internacional. As ações empreendidas restauraram a confiança em uma empresa de mineração. Sua concessão, vigiada por soldados conhecidos por abusos e que se tornara um local onde a dignidade humana era violada, foi transformada. A população agora se beneficia de royalties de mineração e outros fundos destinados ao desenvolvimento comunitário. Isso não ocorreu sem grandes riscos e desafios. Diante de recursos financeiros limitados, desconfiança, suspeitas e da necessidade de recursos humanos qualificados, a CENCO, a CERN e a PAX conseguiram manter sua reputação de credibilidade e dignidade.

Referências

- African Development Bank. N.d. "[Democratic Republic of the Congo Economic Outlook](#)".
- African Green Minerals Observatory. n.d. "[Green Mineral Profile DRC](#)".
- Bloomberg News. 2026a. "[Congo state firm strikes deal to sell copper from Glencore mine](#)". 18 February 2026.
- Bloomberg News. 2026b. "[Zijin's Congo lithium mine set to be among world's biggest](#)". 24 March 2026.
- Business and Human Rights. 2025. "[DRC: Dam failure at Huayou Cobalt subsidiary reportedly spills toxic water into Lubumbashi](#)". 10 November 2025.
- CENCO (Conférence Episcopale Nationale du Congo). 2007. "A vin nouveau, outres neuves. Ne pas decevoir les attentes de la nation." *Message for the 47th anniversary of independence*. July 2007.
- CENCO. 2009. *Vade mecum du citoyen congolais sur la gestion des ressources naturelles*. Kinshasa: CENCO.
- EITI (Extractive Industries Transparency Initiative). 2025. [Rapport ITIE-DRC 2023](#). Accessed 1 May 2026.
- Fualdes, N. 2018. "[RDC: La Sokimo s'inquiète de l'impact de la fusion Barrick/Randgold à Kibali](#)". *Jeune Afrique*. 28 September 2018.
- Global Witness. 2007. "[The Congolese Mining Sector in the Balance: Lack of transparency risks undermining review of mining contracts](#)". *A Global Witness briefing*. 1 October 2007.
- Global Witness. 2025. "[New investigation suggests EU trader Traxys buys conflict minerals from DRC](#)". 15 April 2025.
- Global Witness. 2026. "[Deadly DRC mine disaster highlights human cost of coltan](#)". 3 February 2026.
- Francis. 2015. "[Message of his Holiness Pope Francis to the President of the Pontifical Council for Justice and Peace on the Occasion of the Meeting "A Day of Reflection – United with God, We Hear a Cry"](#)". 17-19 July 2015.
- Kambashi, S. and L. Zengarini. 2025. "[Churches in DRC launch roadmap for peace in Great Lakes Region](#)". 17 January 2025.
- Mongabay Africa. 2026. "[200 dead, more missing in another DRC mine collapse](#)". 6 March 2026.
- OPHI (Oxford Poverty and Human Development Initiative). 2025. "[Global MPI Country Briefing 2025: Congo, Democratic Republic of the](#)".
- PAX and CERN (Commission Episcopale pour les Ressources Naturelles). 2015. [Géant Minier Kibali. Ôter les Impuretés pour que l'Or Soit Pur](#).
- UN Security Council. 2003. [Final report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of DR Congo](#).
- World Bank. N.d. "[Overview: DRC](#)".

Citação recomendada

Muhiya, Henri (2026). “A mina de ouro de Kibali, Diocese de Isiro-Niangara, República Democrática do Congo”. En Severine Deneulin e Caesar Montevecchio (coord). *Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos*. University of Notre Dame y Laudato Si’ Research Institute, Champion Hall, University of Oxford. <https://doi.org/10.7274/32865890>

Créditos das fotos

Todas as fotos desta matéria foram fornecidas por Henri Muhiya. Todos os direitos reservados.